

DOIS DE JULHO

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

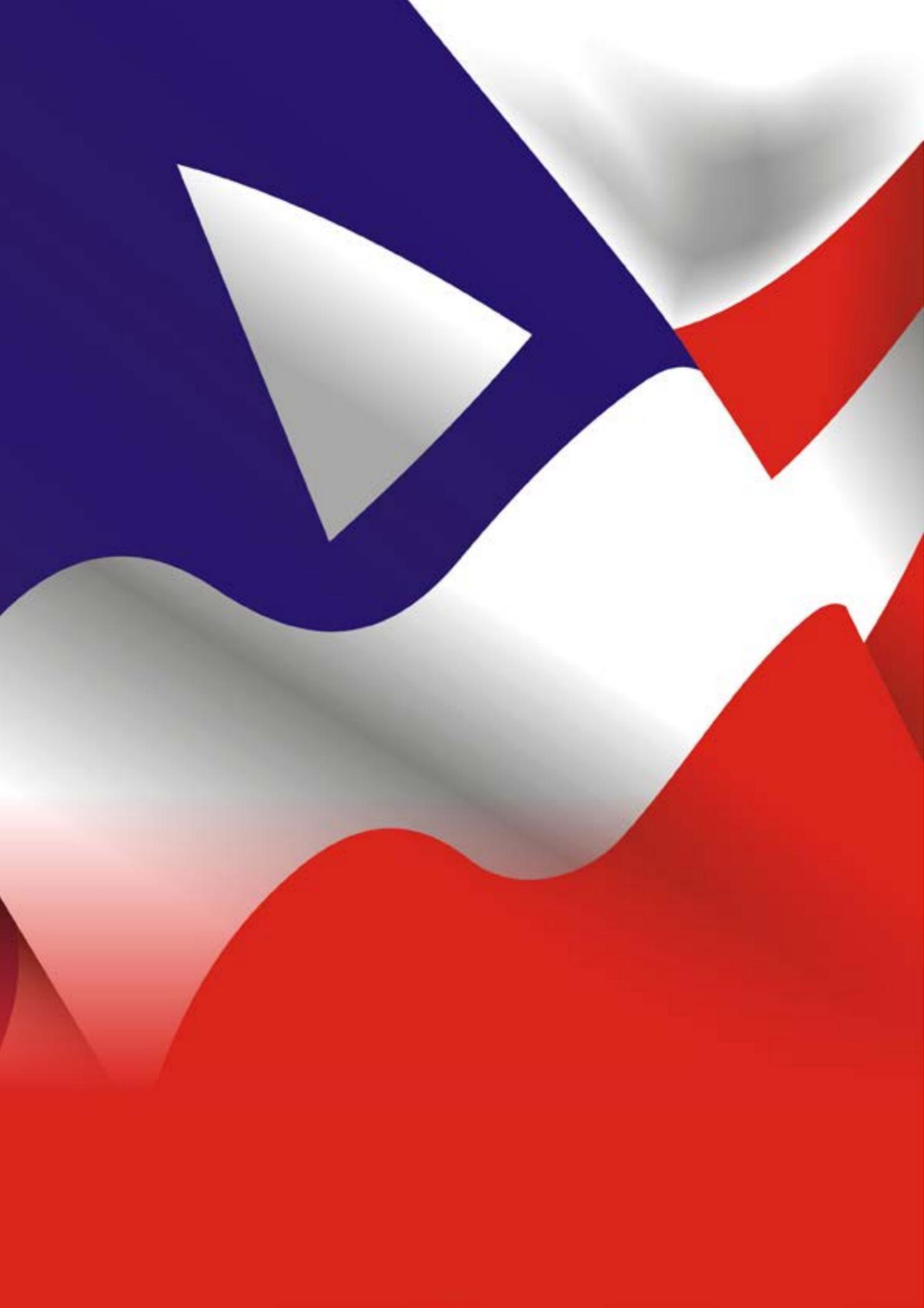


Secretaria de Comunicação Social

Dois de Julho

A Independência do Brasil na Bahia

Brasília, 2 de julho de 2015



Se o 7 de setembro de 1822 é a data magna do país referente ao “Grito do Ipiranga”, o 2 de julho de 1823 representa, de fato, a consolidação da independência política do Brasil, com a expulsão definitiva das tropas portuguesas da Bahia.



O QUE É QUE A BAHIA TEM?

Não se pode contestar a importância do estado da Bahia como terra de riqueza artística e diversidade cultural. Na canção *O que é que a baiana tem?*, por exemplo, o compositor Dorival Caymmi conseguiu exaltar e immortalizar a figura icônica da baiana cheia de graça, quitutes e balangandãs. Mas muitos desconhecem a real dimensão da Bahia na construção da unidade nacional.

Afinal, o que é que a Bahia tem? Qual a relevância do estado para a história do Brasil? O que representou, de fato, o Dois de Julho? Ele é apenas um feriado regional? Ou merece ser mais conhecido como data histórica nacional?

Infelizmente, a história do Brasil reproduzida nos livros didáticos e aprendida nos bancos escolares está repleta de lacunas em relação a determinados fatos, sobretudo aqueles protagonizados por sujeitos anônimos, ligados aos setores subalternos da sociedade. Nossa historiografia oficial primou pelo registro de acontecimentos que enalteciam determinados personagens em detrimento de outros.

Um dos fatos relegados ao esquecimento pela história oficial refere-se às guerras ocorridas durante o processo de independência do Brasil. Nesse sentido, é preciso dar o devido valor à participação da Bahia na luta pela emancipação política do País, cujo ápice se deu com a expulsão definitiva das tropas portuguesas, no dia 2 de julho de 1823. Trata-se de uma das páginas mais marcantes do nosso passado!

A Bahia foi o principal palco das guerras da independência, tendo sido o local onde o conflito durou mais tempo (cerca de um ano e cinco meses) e que mobilizou o maior contingente de pessoas, contando, inclusive, com a participação de segmentos populares. Foi na província baiana que o território brasileiro correu sério risco de fragmentar-se.

Com a resolução do príncipe regente de permanecer no Brasil — desobedecendo às determinações das Cortes de Lisboa — e a tentativa frustrada do general Jorge de Avilez de levá-lo a Portugal, a metrópole portuguesa concentrou em Salvador todos os seus esforços militares. Havia o interesse por parte de Portugal de dividir o Brasil em duas regiões: o sul e o sudeste permaneceriam sob a direção de Pedro; e o norte, sob o domínio português. Graças à luta dos baianos, isso não ocorreu.

Esta publicação faz parte da série HISTÓRIAS NÃO CONTADAS, promovida pela Câmara dos Deputados com o objetivo de resgatar a memória de fatos relevantes, mas comumente desprezados ou omitidos pela história oficial.

Com essa atividade cultural, a Câmara dos Deputados pretende contribuir para que a história do País não fique restrita aos circuitos acadêmicos e intelectuais. Afinal, o conhecimento histórico é um instrumento indispensável à construção da cidadania e fortalecimento de nossa identidade cultural. Conhecendo o passado histórico, podemos nos situar no presente como sujeitos e cidadãos comprometidos com a construção de um futuro melhor para todos os brasileiros.

RICARDO ORIÁ
Consultor Legislativo
Curador do Centro Cultural



Leopoldina assumiu a regência durante a viagem de Pedro a São Paulo. Diante das exigências de Portugal para que o casal real retornasse a Lisboa, convocou sessão extraordinária do Conselho de Estado no dia 2 de setembro de 1822 e decidiu, junto aos ministros, pela separação definitiva entre Brasil e Portugal.

Enviou, então, o mensageiro Paulo Bregaro com uma carta a Pedro em que reforçou sua posição pela independência do Brasil.

A princesa-regente Leopoldina preside a Sessão do Conselho de Estado, em 2 de setembro de 1822, na qual assina a declaração de Independência do Brasil.

TRECHO DA ATA DA SESSÃO DO CONSELHO DE ESTADO
SESSÃO Nº 13 – A 2 DE SETEMBRO DE 1822

“Reunidos os Conselheiros, e presidida a Sessão por Sua Alteza Real a Sereníssima Senhora Princesa Real, leu-se a Ata da Sessão antecedente, que foi aprovada. O Conselheiro Obes leu um discurso, análogo às últimas notícias recebidas de Portugal, pelas quais não só constava do projeto de enviar novas tropas ao Brasil, como dos insultos dirigidos ao Nosso Augusto Defensor: terminava este discurso dizendo ‘que se não perdesse tempo: que as Cortes tinham tirado a máscara exigindo de Sua Alteza Real uma obediência a mais humilhante, e do Brasil uma humilhação como nunca se exigira dos nossos Maiores’.

Resolveu o Conselho que se procedesse imediatamente a um embargo dos fundos da Companhia dos Vinhos Douro a título de represália. Que se tomassem todas as medidas necessárias de segurança, e defesa; que cada um dos Conselheiros apresentasse os seus planos na próxima Sessão; e que os Conselheiros Militares de acordo com os Ministros da Guerra e Marinha fizessem o seu projeto de Campanha. Levantou-se a Sessão, nada havendo mais que tratar.

*Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1822
Joaquim Gonçalves Ledo, Secretário.”*



Leopoldina

Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo-Lorena (1797—1826):

Pertencente a uma das famílias reais mais importantes da Europa, Leopoldina teve uma esmerada educação e, aos 20 anos, casou-se com o futuro imperador D. Pedro I, com quem teve 7 filhos, entre os quais o futuro Imperador Pedro II.

Trouxe consigo da Áustria importantes missões artísticas e científicas que contribuíram para o estudo da biodiversidade brasileira.

Leopoldina era uma mulher *“forte e determinada, com posicionamentos políticos definidos e disposta a pagar o preço por eles, tornando-se, antes mesmo da adesão definitiva do marido, ativista do movimento da independência. Exerceu o poder indiretamente – como consorte do soberano – , chegando a exercê-lo diretamente, ao assumir, em substituição ao príncipe regente ausente, o Governo, pela primeira vez em mãos femininas”*. (Viviane Tessitore. Projeto “A Imperatriz Leopoldina”: um personagem em três dimensões. In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Anais da XIX Reunião, Curitiba, 1999. p. 128)



*“Meu querido e muito amado esposo!
 (...) é preciso que volte com a maior
 brevidade, esteja persuadido que não é o
 Amor, Amizade que me faz desejar, mais
 que nunca sua pronta presença, mas sim
 as críticas circunstâncias em que se acha
 o amado Brasil; só a sua presença, muita
 energia e rigor pode salvá-lo da ruína.”*

Leopoldina

Handwritten letter in Portuguese, partially legible. The text discusses political and personal matters, mentioning 'o dado está lançado' (the die is cast).

Handwritten letter in Portuguese, partially legible. The text continues the discussion of political events and personal concerns.

*“Senhor, o dado está lançado: de Portugal
 não temos a esperar senão escuridão e
 horrores.”*

José Bonifácio



Nos livros didáticos de história, a reprodução do quadro de Pedro Américo é bastante presente e faz-nos pensar que a Independência do Brasil se deu por um ato isolado do príncipe-regente Pedro que bradou "*Independência ou Morte!*", nas margens do Ipiranga, em São Paulo.

A História não é bem essa. O que de fato ocorreu?



Mito:

A independência do Brasil concretiza-se com a proclamação de D. Pedro às margens do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822.

Fato:

A independência de nosso país não se restringe a uma data no calendário. Trata-se de um processo que começa com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, prolonga-se pelo governo joanino — que resultou no fim do pacto colonial — e desdobra-se na regência de D. Pedro — que, com apoio das elites políticas locais, desobedeceu às Cortes de Lisboa, permaneceu no Brasil e rompeu com os laços que nos prendiam à metrópole portuguesa.

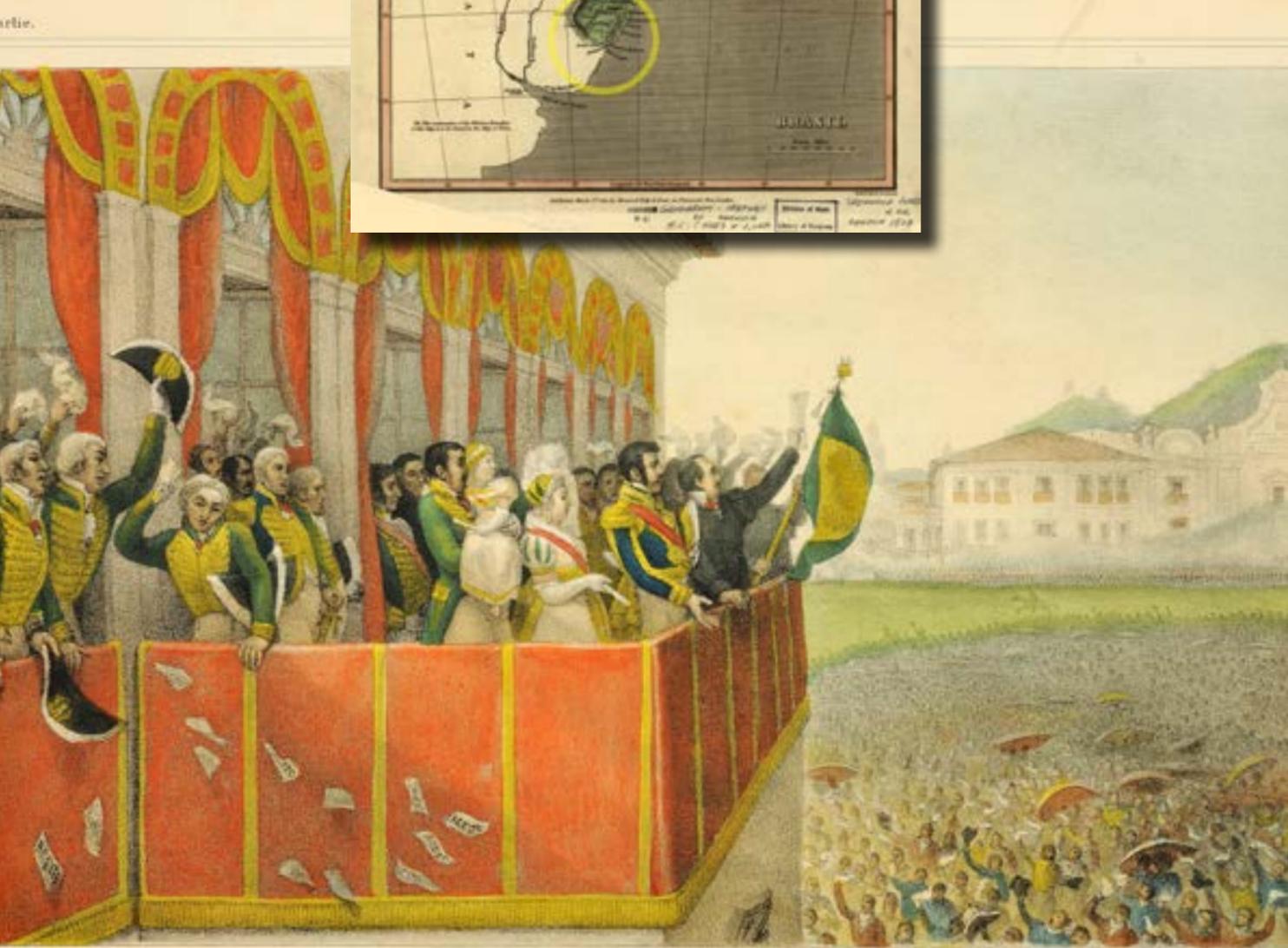


Mito:

A independência do País não passa de um acordo diplomático estabelecido entre D. João VI, quando retornou a Portugal, e seu filho Pedro, que permaneceu no Brasil.

Fato:

Muitas pessoas contribuíram para a emancipação política do Brasil. Destaque especial deve ser dado à princesa regente **Leopoldina** e ao ministro **José Bonifácio**.



ACCLAMATION DE DON PÉDRO I^{er} EMPEREUR DU BRÉSIL;
au camp de S^{te}. Anna, à Rio-de-Janeiro.

Mito:

Os fatos que levaram à nossa emancipação política ocorreram na região centro-sul do País.

Fato:

A independência do Brasil não ficou restrita aos acontecimentos que ocorriam na corte do Rio de Janeiro. O processo de separação de Portugal mobilizou todo o País.

Mito:

O processo de nossa independência se deu de forma conciliatória e pacífica. Não houve lutas internas nem derramamento de sangue.

Fato:

Houve guerra entre portugueses e brasileiros nas províncias do Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Cisplatina e, principalmente, na Bahia. *"A Guerra da Independência brasileira deve ter custado a vida de 2.000 a 3.000 vítimas, somados os conflitos de todas as regiões"* (Laurentino Gomes. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.)

Mito:

A data de 7 de setembro sempre foi comemorada como o dia da independência do Brasil.

Fato:

Durante o século XIX, várias datas celebravam o processo de independência brasileira, como 12 de outubro, data da Aclamação de D. Pedro I; 1º de dezembro, data de sua coroação; e 25 de março, outorga da primeira Constituição.



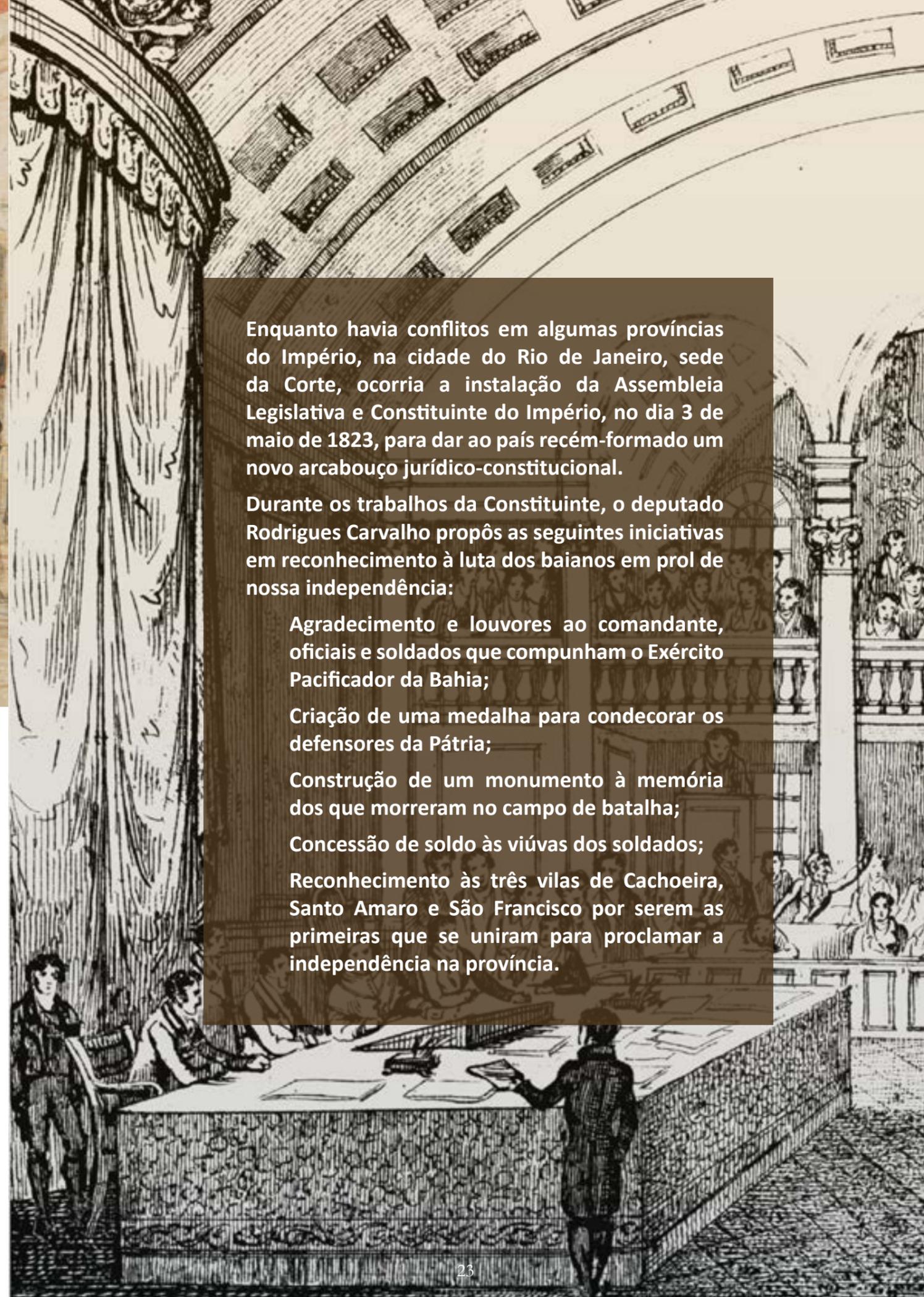
No dia 8 de fevereiro de 1822 o príncipe D. Pedro I recebeu a bordo da fragata União o general português Jorge Avilez e seu Estado-Maior, intimando-o a seguir para a Europa com sua tropa lusitana. Apontando para um canhão, brada-lhe:

“Se não partirem logo façolhes fogo, e o primeiro tiro quem o dispara sou eu!”



“A independência não foi arranjo de família nem complô de elites. Houve uma guerra literária em torno das opções que iam surgindo, uma guerra que se acoplou à guerra das ruas, como no caso do Fico, da guerra da independência da Bahia, Pará, Pernambuco, Cisplatina. Embora limitada às principais províncias, o movimento da independência foi o primeiro esboço, embora precário, de um movimento nacional.”

(José Murilo de Carvalho. *Guerra Literária – Panfletos da Independência*. Editora UFMG, 2015)



Enquanto havia conflitos em algumas províncias do Império, na cidade do Rio de Janeiro, sede da Corte, ocorria a instalação da Assembleia Legislativa e Constituinte do Império, no dia 3 de maio de 1823, para dar ao país recém-formado um novo arcabouço jurídico-constitucional.

Durante os trabalhos da Constituinte, o deputado Rodrigues Carvalho propôs as seguintes iniciativas em reconhecimento à luta dos baianos em prol de nossa independência:

Agradecimento e louvores ao comandante, oficiais e soldados que compunham o Exército Pacificador da Bahia;

Criação de uma medalha para condecorar os defensores da Pátria;

Construção de um monumento à memória dos que morreram no campo de batalha;

Concessão de soldo às viúvas dos soldados;

Reconhecimento às três vilas de Cachoeira, Santo Amaro e São Francisco por serem as primeiras que se uniram para proclamar a independência na província.

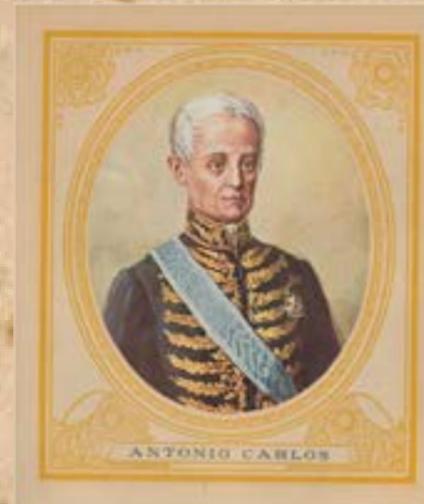


“Num tempo em que o Brasil se inventava como nação, surgiu na boca da cena e assumiu o papel principal o rapaz de 22 anos, malcriado e irresponsável, mulherengo, farrista, briguento e fanfarrão que, como disse um visitante estrangeiro, tinha os modos de um moço de estrebaria. Era o príncipe americano, fascinado por Bonaparte, influenciado pelo palavreado político liberal da Revolução Francesa. (...)”

Mas a ousadia com que mandou de volta as naus portuguesas repletas de soldados; a energia com que desafiou as Cortes portuguesas, que tentavam reduzir o Brasil ao estágio de colônia; e a determinação com que enfrentou os portugueses na Bahia foram fundamentais para os destinos do Brasil independente.”

(Isabel Lustosa. *D. Pedro I - um herói sem nenhum caráter*. SP: Cia. das Letras, 2006)

Num ato arbitrário, o imperador Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte após seis meses de funcionamento e mandou prender alguns deputados, entre os quais os irmãos Andrada.



Em 25 de março de 1824, Pedro outorgou nossa primeira Constituição, que definia a forma de governo (monarquia constitucional) e a existência do Poder Moderador.

A proposta de se considerar o 7 de Setembro como data nacional apareceu pela primeira vez durante os trabalhos de nossa Constituinte, em setembro de 1823, tendo sido apresentada pela bancada paulista. Coincidiu com a iniciativa do governo da província de São Paulo de erguer um monumento na colina do Ipiranga, onde a proclamação da independência teria ocorrido.

Em 1826, na primeira legislatura da Câmara dos Deputados, aprovou-se a lei que instituía os feriados, e entre eles figurava o 7 de Setembro.



D. Pedro I

(1798-1834)

Pedro de Alcântara Francisco Antonio João
Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim
José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de
Bragança e Bourbon

Primeiro imperador do Brasil e
29º rei de Portugal. Filho de
D. João VI e Carlota
Joaquina de Bourbon.



Domitila de Castro Canto e Melo (1797-1867)

Foi durante a viagem que o príncipe-regente Pedro fez a São Paulo antes da proclamação da independência do país, que conheceu aquela com quem viria ter um romance escandaloso. Posteriormente, por determinação do próprio imperador, passou a residir na Corte, tornando-se sua amante oficial. Além disso, foi designada camareira-mor da imperatriz Leopoldina. Teve cinco filhos com o imperador.

Numa provocação a José Bonifácio, que era santista e desprezava Domitila, o imperador a concedeu o título de **"Marquesa de Santos"**, nome que a notabilizou na história do país. Enfrentou séria oposição na Corte, mesmo depois de nomeada camareira-mor da imperatriz. Seu poder se manteve até a morte de Leopoldina em 1826.

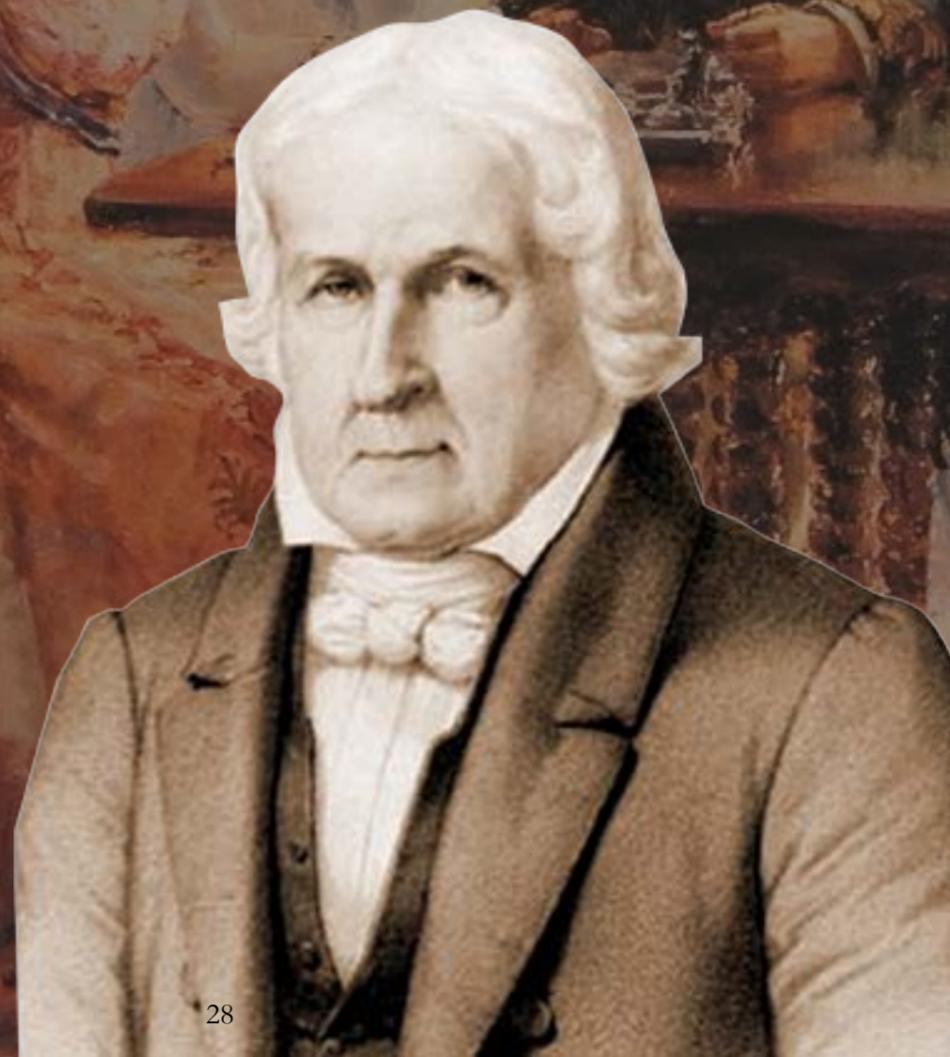


José Bonifácio

de Andrada e Silva

(1763-1838)

Brasileiro, nascido na cidade de Santos, ainda criança foi enviado para Portugal, tendo permanecido na Europa por 36 anos, formando-se na Universidade de Coimbra. Retornou ao Brasil em 1819. Ao lado de **Leopoldina**, exerceu um papel decisivo no processo de nossa emancipação política, razão pela qual é considerado "**O Patriarca da Independência**".



Um homem à frente de seu tempo, Bonifácio tinha um projeto para o país recém-formado. Escreveu a obra *Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de São Paulo para os seus deputados (1821)*, contendo recomendações aos parlamentares brasileiros que participaram das Cortes de Lisboa.

Após a independência foi nomeado por D. Pedro ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros. Exerceu um importante papel junto às nações europeias para o reconhecimento de nossa independência. Foi ele que convenceu D. Pedro a contratar os serviços de Cochrane para organizar a marinha brasileira na guerra da independência na Bahia e garantir a unidade nacional.

Em virtude da lealdade de Bonifácio a D. Leopoldina, iniciou-se entre ele e a Marquesa de Santos uma disputa pela influência sobre o imperador. Durante os trabalhos da Constituinte acirrou-se o conflito entre o imperador e Bonifácio, o que o levou a pedir demissão do ministério. O caráter absolutista do imperador que via ameaça à limitação de seus poderes na Constituinte levou ao ato arbitrário de dissolução da Assembleia. Bonifácio foi preso juntamente com seus irmãos, os deputados Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e Martim Ribeiro de Andrada. Posteriormente, exilou-se na França. Retornou ao Brasil após seis anos.

Em gesto que ilustra bem seu caráter intempestivo, D. Pedro I reconcilia-se com Bonifácio, nomeando-o tutor do infante Pedro. Em 1835, afastou-se da vida política, vindo falecer três anos depois, em Niterói.

O Brasil que José Bonifácio pensou

Educação para todos

Fim do tráfico negreiro

Abolição gradual da escravatura

Reforma agrária

Incentivo à agricultura e à indústria

Estado laico

Transferência da capital para o Planalto Central

Joaquim Gonçalves Ledo (1781-1847)

Além de secretário do Conselho de Estado, foi um dos principais articuladores da proposta de convocação de uma assembleia constituinte e redigiu para D. Pedro o **Manifesto aos Povos do Brasil**, de 1º de agosto de 1822, onde defendia abertamente a separação definitiva do Brasil de Portugal.

Foi eleito deputado constituinte, mas não chegou a assumir por divergências políticas com Bonifácio, tendo se refugiado em Buenos Aires até meados de 1823. É considerado pela historiografia como importante ideólogo do separatismo brasileiro.

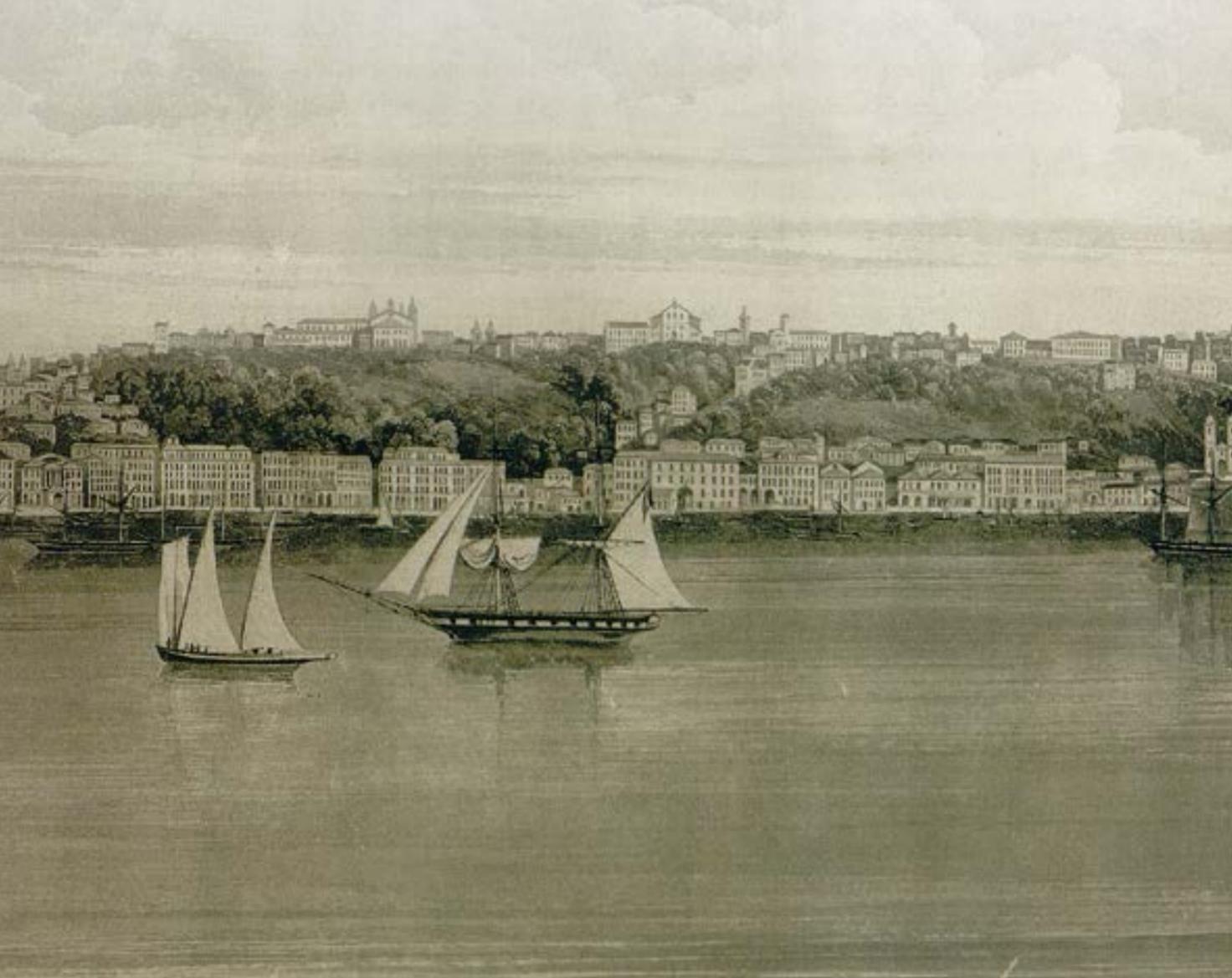


José Clemente Pereira (1787-1854)

Nascido na Comarca de Trancoso, Portugal. Era formado em direito canônico, tendo chegado ao Brasil em 1815, onde foi nomeado juiz. Quando Presidente do Senado da Câmara no Rio de Janeiro foi o principal articulador em prol da permanência de Pedro no Brasil - "Dia do Fico".

Perseguido pelo grupo dos Andrada em 1822, foi indiciado como conspirador, preso e desterrado para a França. Em 1824, foi eleito deputado pelas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo optado pela última. Exerceu mandato parlamentar na primeira legislatura da Câmara em 1826, sendo figura de destaque durante o primeiro reinado.





A guerra na Bahia teve início em fevereiro de 1822, quando Portugal nomeou o brigadeiro português Inácio Luís Madeira de Melo para o cargo de Governador das Armas no lugar de um oficial baiano.

A substituição desencadeou a revolta da população, da Câmara e de muitos dos militares baianos, que foram derrotados durante três dias de lutas.

Os partidários da independência foram obrigados a fugir para as cidades do Recôncavo, onde se deu o maior foco de resistência.

A Bahia no século XIX

Em 1822, a Bahia era a terceira província mais populosa, depois de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e considerada o segundo entreposto comercial de toda a América do Sul. Exportava açúcar, algodão, tabaco e outros produtos agrícolas. Sua principal atividade, no entanto, era o tráfico negreiro. Contava com **765 mil habitantes, dos quais 524 mil eram escravos.**

Madeira de Melo

(1775 – 1835)

Militar português que se notabilizou por ser o comandante das forças portuguesas na Bahia durante a guerra da independência contra Portugal.



Cachoeira – onde tudo começou

A cidade foi o ponto de resistência baiana durante os primeiros meses de guerra. Em 25 de junho de 1822, a Câmara de Cachoeira reconheceu a autoridade do príncipe regente D. Pedro. Outras cidades baianas do Recôncavo passaram a aderir à causa da independência.



MANUEL TEIXEIRA DE FREITAS
desfralda a bandeira da comuna
na Câmara Municipal de Cachoeira

RODRIGUES FALCÃO e sua tropa

ANTONIO REBOUÇAS
Considerado o líder do movimento

MANOEL SOLEDADE
Tambor-mor ferido,
sendo socorrido por um oficial

1ª Fase: Guerra regional (guerrilha)

Inicia-se com os conflitos ocorridos em Cachoeira entre portugueses e baianos. Sob o comando do latifundiário, tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque D'Ávila Pereira, formou-se um exército amador de pouco mais de 500 homens, chegando a reunir, no máximo, 1.500 soldados. As tropas portuguesas somavam mais de 3.000 homens. Os confrontos eram localizados e não envolviam grandes contingentes. Era guerra de guerrilha, que buscava ocupar posições estratégicas na região.



Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque D'Ávila Pereira (1788–1848)

Herdeiro da família Garcia D'Ávila, proprietária da famosa Casa da Torre, um dos focos de resistência dos brasileiros. Como coronel do Regimento de Milícias e Marinha da Torre, Joaquim Pires foi responsável pela organização das primeiras tropas do que seria o Exército Brasileiro. Conhecido como "Coronel Santinho", usou de importante estratégia que resultou no bloqueio da Estrada das Boiadas, que fechava o acesso terrestre a Salvador, interceptando suas comunicações e impedindo o abastecimento de gado e outros gêneros alimentícios às tropas portuguesas. Devido à sua ação patriótica e de entrega pessoal à causa da Independência na Bahia, recebeu o título nobiliárquico de "Visconde de Pirajá".



2ª Fase: Guerra nacional

Em 28 de outubro de 1822, chega à Bahia o general **Pierre Labatut**, enviado do Rio de Janeiro com o Exército Pacificador para comandar as tropas baianas. Passando por Pernambuco, Alagoas e Sergipe, reuniu reforços de homens, armamentos e provisões.

8 de novembro de 1822: A **Batalha de Pirajá** constituiu um importante combate que envolveu de 2.500 a 4.000 pessoas e resultou na morte de 80. Após a vitória, muitos voluntários foram arregimentados às forças brasileiras.

As artimanhas da guerra

O CORNETEIRO DE PIRAJÁ

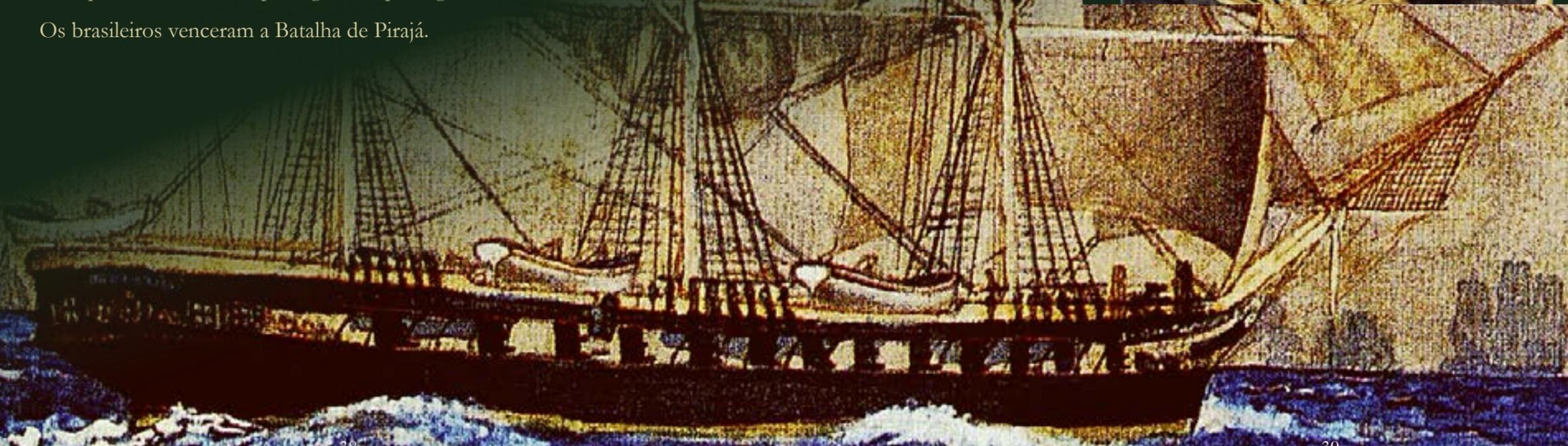
Sofrendo uma forte investida portuguesa, José de Barros, major pernambucano, mandou tocar a retirada, mas o corneteiro Luís Lopes tocou "*avançar cavalaria à degola*".

O toque amedrontou os portugueses, que fugiram.

Os brasileiros venceram a Batalha de Pirajá.

General Pierre Labatut (1776 – 1849)

Militar francês que trabalhou em algumas operações pela Europa, Colômbia, Antilhas e Guiana Francesa como "mercenário". Ao chegar ao Brasil, foi nomeado brigadeiro por D. Pedro I por falta de oficiais brasileiros para compor o recém-formado Exército. Organizou o Exército Pacificador na guerra da independência na Bahia.



**José Antônio da Silva
Castro, o Periquitão
(1792 – 1844)**

**Criador e organizador do
Batalhão dos Periquitos,
batalhão formado por
voluntários favoráveis à
causa brasileira que se
concentrou na defesa de
Itapuã. Era avô do poeta
Castro Alves.**



**João Francisco de Oliveira,
João das Botas**

**Português nato, mas adepto
das causas brasileiras, João
das Botas foi importante
personagem nas lutas contra
os portugueses, em especial
na ilha de Itaparica, que
cumpria um importante papel
no abastecimento de gêneros
alimentícios para a capital.
Organizou e comandou uma
pequena flotilha armada
contra a esquadra portuguesa
nos combates de janeiro de
1823, sendo extremamente
importante na defesa naval
brasileira.**



3ª Fase:

Comando de Lima e Silva

Em substituição a Labatut, o Coronel Joaquim José de Lima e Silva assumiu o comando em 27 de maio de 1823. A entrada do Exército Pacificador em Salvador marca o fim da guerra. Essa fase contou com a participação de Thomas Cochrane à frente da esquadra brasileira.

Coronel Joaquim Lima e Silva (1788—1855)

Comandante do Batalhão do Imperador, formado por quase 800 homens escolhidos pelo próprio imperador — um corpo de elite que chega à Bahia em 22 de fevereiro de 1823. Antes de assumir o comando-geral do Exército em 27 de maio, o coronel comandou a brigada central das tropas brasileiras.





Thomas Alexander Cochrane
(1775—1860)

Era um almirante escocês, tendo se destacado nas guerras napoleônicas. Foi eleito deputado ao Parlamento britânico, mas como se envolveu em um escândalo na bolsa de valores, foi preso e fugiu da cadeia. Considerado um brilhante oficial, foi contratado como mercenário nas lutas de independência do Chile, Peru e Brasil.

Como não havia marinha organizada no Brasil, Cochrane foi contratado pelo governo, e sua participação foi fundamental para a expulsão definitiva dos portugueses do território brasileiro.

No Maranhão, saqueou sem pudores a cidade de São Luiz e roubou um navio brasileiro, porque julgava que merecia mais dinheiro do que D. Pedro havia lhe prometido. Assim, Cochrane é considerado, simultaneamente, um herói e vilão da independência.

A sua natureza dual está muito bem representada na charge ao lado.

Fim da Guerra

Em 28 de maio de 1823, Lima e Silva à frente do Exército Pacificador conclama aos portugueses que se rendam imediatamente, depondo suas armas, em troca de terras para cultivo na Bahia ou o embarque para Lisboa. No dia 3 de junho, ocorreu novo ataque contra as trincheiras da cidade de Salvador ocupadas por Madeira, dificultando ainda mais a sobrevivência das tropas que não contavam com mais suprimentos. Cochrane ataca a esquadra portuguesa no dia 13 de junho. Salvador estava completamente sitiada e bloqueada, por terra e por mar.

Em carta endereçada ao rei D. João VI, Madeira de Melo mostra que a situação estava insustentável: **“As nossas privações vão crescendo porque não entra para a cidade gênero algum de primeira necessidade”** (Luís Henrique Dias Tavares. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1977, p. 224).

Diante da situação, Madeira de Melo decidiu abandonar a capital. Na manhã do dia 2 de julho de 1823, após a retirada da frota portuguesa, os baianos, capitaneados por Lima e Silva, entram na cidade de Salvador. A partir de então, essa data passa a ser incorporada ao calendário cívico da Bahia.

Foi uma guerra longa, dispendiosa, em que Salvador foi sitiada, com fechamento da cidade e da entrada de suprimentos e víveres.

Na manhã do dia 2 de julho de 1823, após a retirada da frota portuguesa comandada pelo brigadeiro Madeira de Melo, os baianos, capitaneados por Lima e Silva, entram na cidade de Salvador.

A Participação Popular

O quadro “Entrada do Exército Pacificador em Salvador”, de Presciliano Silva, ilustra a participação popular na guerra da independência da Bahia. A imagem mostra os soldados com as fardas rotas, os pés descalços e as feições de fome. Na verdade, sabemos que, nas tropas regulares já se incluíam pessoas das camadas populares: negros, mulatos, vaqueiros, índios e quilombolas.

Das tropas brasileiras, fizeram parte os escravos, por exigência do Gal. Pierre Labatut, como uma forma de aumentar o contingente, medida que desagradou os proprietários de terra pelos prejuízos econômicos que tiveram e pelo receio de que, após a guerra, os cativos fossem libertos.





A Participação Feminina



Joana Angélica
(1761—1822)

Nascida em Salvador, pertencia a uma família abastada da Bahia. Ingressou no convento da Lapa aos 20 anos, fazendo profissão de fé em 1783 como irmã da Ordem das Religiosas Reformadas de Nossa Senhora da Conceição e adotando o nome de Joana Angélica de Jesus. Progrediu na carreira de religiosa a ponto de, 20 anos depois, tornar-se abadessa do convento.

Ao impedir a entrada de militares portugueses no Convento da Lapa para a suposta busca de soldados baianos, a religiosa tornou-se um símbolo da resistência contra o autoritarismo português. É considerada a primeira heroína da independência do Brasil.



Maria Quitéria De Jesus
(1798—1853)

A JOANA D'ARC BRASILEIRA

Diante da resistência do pai em aceitar que Maria Quitéria se alistasse como militar na guerra da independência da Bahia, ela disse:

“É verdade que não tendes filho, meu pai. Mas lembrai-vos que manejo as armas e que a caça não é mais nobre que a defesa da pátria. O coração me abrasa. Deixai-me ir disfarçada para tão justa guerra.

Respondeu-lhe o pai: ‘Mulheres fiam, tecem e bordam; não vão à guerra’.”

Quitéria desobedeceu a seu pai, vestiu o uniforme militar de seu cunhado e foi lutar no batalhão de Cachoeira pela independência do Brasil. Pelo seu ato de bravura, foi posteriormente agraciada pelo próprio imperador Pedro I.

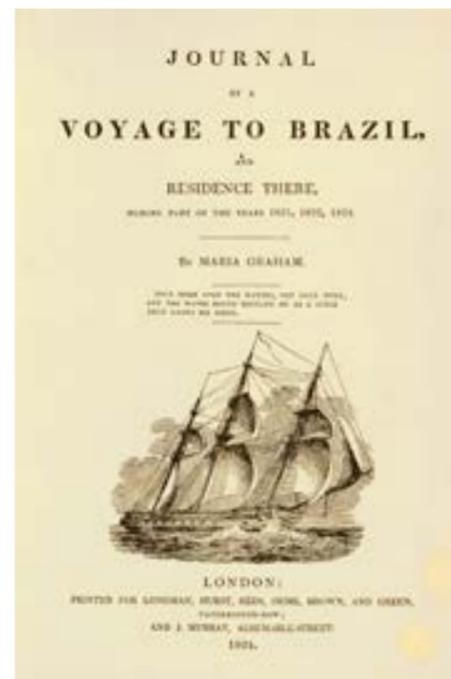
Descrição de Maria Graham sobre Maria Quitéria:

“Ela é iletrada, mas inteligente. Sua compreensão é rápida e sua percepção aguda. Penso que, com educação, ela poderia ser uma pessoa notável. Não é particularmente masculina na aparência; seus modos são delicados e alegres. Não contraiu nada de rude ou vulgar na vida do campo e creio que nenhuma imputação se consubstanciou contra sua modéstia. Uma coisa é certa: seu sexo nunca foi sabido até que seu pai requereu a seu oficial comandante que a procurasse. Não há nada de muito peculiar em suas maneiras à mesa, exceto que ela come farinha com ovos ao almoço e peixe ao jantar e fuma charuto após cada refeição, mas é muito sóbria.”

(Maria Graham. *Diário de uma Viagem ao Brasil*, SP: Cia. Editora Nacional, 1956, p. 331)

Maria Felipa de Oliveira

Figura mitológica das batalhas pela independência ocorridas em Itaparica. Segundo relatos, era uma negra alta e audaz, vestida com saia rodada, bata, torso e chinelas. Teria usado do seguinte estratagemas: com um grupo de mulheres, seduzia os soldados portugueses, embriagava-os e surrava-os com cansaço (urtiga). Teria comandado um destacamento de mulheres que atearam fogo em 42 navios portugueses.



O livro retrata as viagens da autora ao Brasil, onde descreve o País, os habitantes e seus costumes, enfocando principalmente as províncias de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia. É considerado um dos mais importantes relatos sobre a época da independência, uma vez que ela conviveu com D. Pedro I e Leopoldina, tendo sido preceptora da filha do casal, D. Maria da Glória.



MARIA GRAHAM (1785-1842)

Escritora e aquarelista inglesa, foi casada com o capitão Thomas Graham, comandante da marinha inglesa, que veio a falecer quando se dirigiam ao Chile, em missão oficial. No Chile, conheceu o almirante Thomas Cochrane com quem voltou ao Brasil em 1822. Registrou suas impressões de viagem em um diário que a consagrou como importante testemunha do processo da independência do Brasil. Nesse diário ela transcreve carta recebida do almirante Cochrane, com as notícias do dia em que se encerrou a guerra na Bahia.

"Minha cara senhora, tive pena em saber de sua doença, mas é preciso ficar boa, já que lhe comunico que expulsamos o inimigo da Bahia. As fortalezas foram abandonadas esta manhã e os navios de guerra, em número de 13, com cerca de 32 barcos de transporte e navios mercantes, estão em caminho. Acompanhá-los-emos (isto é, a Maria da Glória e a Pedro Primeiro) até o fim do mundo. Repito, espere novas notícias. Creia-me sempre seu amigo sincero e respeitoso.*

Cochrane, 02 de julho de 1823, a oito milhas ao norte da Bahia".

**No original em inglês, "we have starved the enemy out of Bahia" o que numa tradução livre, significa "Expulsamos o inimigo pela fome."*



Os números da guerra

**A guerra durou 1 ano e 5 meses
(fevereiro de 1822 a julho de 1823)**

**No auge da guerra, em maio de 1823,
12.000 a 14.000 homens do lado brasileiro;
10.000 a 12.000 homens do lado português.
No dia 2 de julho, o Exército Brasileiro somava
10.139 homens em armas,
e o Português 4.520 homens.**

"A guerra da independência foi longa e desgastante. Durou 21 meses, entre fevereiro de 1822 e novembro do ano seguinte. Nesse período, milhares de pessoas perderam a vida em roças, morros, mares e rios em que se travou o conflito. O número de combatentes foi maior do que as guerras de libertação da América espanhola na mesma época. Só na Bahia, mais de 16.000 brasileiros e aproximadamente 5.000 portugueses trocaram tiros durante um ano e quatro meses."
(Laurentino Gomes. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.)

**Não há estatísticas precisas
sobre o número de mortos.
Calculam-se 750 mortos,
280 feridos do lado brasileiro
e 2.500 mortos, 700 feridos,
300 capturados do lado português.**

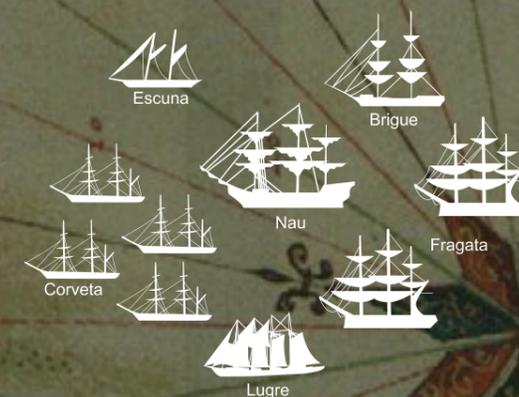
**Segundo os historiadores, houve
mais mortes por doença e fome
do que por bala.**

Cidades baianas envolvidas no conflito: Salvador, Cachoeira, Brotas, Graça, Cabula, Engenho da Conceição, Itapuã, Cabrito, Maragogipe, Santo Amaro, São Francisco, Itaparica, Funil, São Roque, Encarnaçao, Capanema, Saubara, Ponta de Nossa Senhora, Itapicuru, Água Fria, Jacobina, Marau, Inhambupe, Pedra Branca, Abrantes, Valença, Camamu, Santarém, Cairu.

Frota de Cochrane (Brasil)



Frota de Madeira de Melo (Portugal)



Flotilha Itaparicana



Em outubro de 1822 a chamada Flotilha Itaparicana era composta de 16 embarcações.

A derrotada Esquadra portuguesa, ao deixar Salvador, tinha 51 navios, entre navios mercantes e a marinha da guerra, e a Armada brasileira, vitoriosa, por volta de 25.

A festa



**“A resistência
baiana decidiu a
unidade nacional”**

Tobias Monteiro, historiador

**“Nenhum estado brasileiro
comemora a Independência
do Brasil com tanto
entusiasmo quanto a
Bahia. (...) A verdadeira
festa acontece no dia 2
de julho, data da expulsão
das tropas portuguesas de
Salvador em 1823. E só perde
em grandiosidade para o
Carnaval.”**

Laurentino Gomes, jornalista



Referências bibliográficas e iconográficas:

1. ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1999.
2. AMARAL, Braz do. **Ação da Bahia na obra da independência nacional**. Salvador: EDUFBA, 2005.
3. BARBOSA, Rui. **Trabalhos Políticos, Obras Completas**. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.
4. BANDEIRA, JULIO. **Debret e o Brasil; obra completa, 1816-1831**. Rio de Janeiro: Capivara Ed., 2007.
5. BIBLIOTECA NACIONAL. **Correspondência entre Maria Graham e a imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas**. Rio de Janeiro, 1940.
6. BREFE, Ana Claudia Fonseca. **O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945**. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005. il.
7. CALDEIRA, Jorge (org.). **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Ed. 34, 2002.
8. CALMON, Pedro. **História da Bahia. Resumo didático**. 2 ed. Proprietaria, 1902.
9. CARVALHO, José Murilo de et al. **Guerra Literária: Panfletos da Independência**. Editora UFMG, 2015.
10. CINTRA, F. Assis. **D. Pedro I e o Grito da Independência**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1921.
11. DIENER, Pablo. **Rugendas e o Brasil**. Rio de Janeiro: Capivara, 2012.
12. DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
13. FUNDAÇÃO EMÍLIO ODEBRECHT. **MAPA: Imagens da Formação Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro, 1993.
14. GOMES, Laurentino. **1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
15. GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil: e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. Tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1956.
16. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **D. Pedro I e d. Leopoldina perante a história: vultos e fatos da independência**. São Paulo: IHGB, 1972.
17. KANN, Bettina e LIMA, Patrícia Souza (pesquisa e seleção). **D. Leopoldina, 1797-1826. Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.
18. KRAAY, Hendrik. *Um dia que entrou para a História*. In: **NOSSA HISTÓRIA**, Revista. Ano 1, nº 11, setembro de 2004.
19. _____. *Erro vitorioso*. In: **NOSSA HISTÓRIA**, Revista. Ano 6, nº 70, julho de 2011.
20. _____. *Independência é liberdade*. In: **NOSSA HISTÓRIA**, Revista. Ano 4, nº 48, setembro de 2009.
21. _____. *A Bahia pela Liberdade*. In: FIGUEIREDO, Luciano. **História do Brasil para ocupados**. Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2013.
22. _____. *Between Brazil and Bahia: Celebrating Dois de Julho in Nineteenth-Century Salvador*. In: **Journal of Latin American Studies**, Cambridge University Press, 1999.
23. _____. **Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889**. California: Stanford University Press, 2013.
24. LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo, Companhia das Letras. 2006.
25. MARTINEZ, Socorro Tagino. **2 de julho: A Festa é História**. Selo Editorial da Fundação Gregório de Mattos, 2000.
26. MALERBA, Jurandir. **A Independência Brasileira**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.
27. MATTOSO, Kátia M. de Queirós (org.). **Iconografia Baiana do Século XIX na Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Edição Biblioteca Nacional, 2005.
28. MOTA, Carlos Guilherme e LOPEZ, Adriana. **História do Brasil: uma interpretação**. 4ª ed., São Paulo: Editora 34, 2015.
29. NETO, Casimiro et al. **Brasília, a ideia de uma capital: a legislação e o debate parlamentar: 1549-2010**. São Paulo: FAAP, 2010.
30. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **7 de setembro de 1822: Independência e memória nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
31. RIBEIRO, Maria Izabel Branco (org.). **As Constituições Brasileiras**. São Paulo: FAAP, 2007.
32. RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra-Revolução. A Liderança Nacional**. Livraria Francisco Alves Editora. Rio de Janeiro, 1975.
33. RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra-Revolução. As forças armadas**. Livraria Francisco Alves Editora. Rio de Janeiro, 1975.
34. SALVADOR. **Os monumentos e a independência**. Prefeitura Municipal da cidade do Salvador. Editora Mensageiro: Bahia, 1973.
35. SANTOS, Joel Rufino dos. **O dia em que o povo ganhou**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
36. SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
37. _____. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro : Senac Nacional, 2007.
38. SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.
39. SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **Brasileiras célebres**. Brasília, Senado Federal, 2004.
40. SOUZA, Bernardino José de. **Heroínas baianas: Joanna Angélica, Maria Quitéria, Anna Nery**. 2 ed. Rio de Janeiro, Paralelo, 1972.
41. TAVARES, Luís Henrique Dias. **A História da Bahia**. São Paulo: Editora UNESP, 1926: Salvador, BA: EDUFBA, 2001.
42. TAVARES, Luís Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1977.
43. TAUNAY, Afonso d'e. **Grandes Vultos da Independência Brasileira**. Ed. Proprietaria Companhia Melhoramentos de S. Paulo. 1922.
44. TESSITORE, Viviane. *Projeto "A Imperatriz Leopoldina": um personagem em três dimensões*. In: **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)**. Anais da XIX Reunião, Curitiba, 1999.
45. VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
46. VALIM, Patrícia. *Maria Quitéria vai à guerra*. In: FIGUEIREDO, Luciano. **História do Brasil para ocupados**. Casa da Palavra. Rio de Janeiro, 2013.

Câmara dos Deputados	Coordenação do Projeto Secretaria de Comunicação Social Centro Cultural Câmara dos Deputados
Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	
Presidente Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Secretário de Comunicação Cleber Verde (PRB-MA)
1º Vice-Presidente Waldir Maranhão (PP/MA)	Diretora do Centro Cultural Isabel Martins Flecha de Lima
2º Vice-Presidente Giacobo (PR/PR)	Curadoria Ricardo Oriá
1º Secretário Beto Mansur (PRB/SP)	Produção e Museologia Luciana Scanapieco
2º Secretário Felipe Bornier (PSD/RJ)	Pesquisa Histórica e Iconográfica Ricardo Oriá Luciana Scanapieco
3º Secretário Mara Gabrilli (PSDB/SP)	Projeto Gráfico Ely Borges Israel Cerqueira
4º Secretário Alex Canziani (PTB/PR)	Estagiários Diego Justino – Design Fernando Moraes – História
Suplentes Mandetta (DEM/MS) Gilberto Nascimento (PSC/SP) Luiza Erundina (PSB/SP) Ricardo Izar (PSD/SP)	Revisão de textos Maria Amélia Elói
Procurador Parlamentar Claudio Cajado (DEM/BA)	Assessoria de Imprensa C.André Laquintinie
Corregedor Parlamentar Carlos Manato (SD/ES)	Montagem e Manutenção da Exposição André Ventorim Edson Caetano Paulo Titula Victor Paiva Wendel Fontenele
Diretor-Geral Romulo de Sousa Mesquita	Material Gráfico Coordenação de Serviços Gráficos - CGRAF/DEAPA
Secretário-Geral da Mesa Silvio Avelino da Silva	Impressão - Plotagem WL Serviços

Informações: 0800 619 619 – cultural@camara.leg.br
 Palácio do Congresso Nacional- Câmara dos Deputados
 Anexo 1 – Sala 1601 – Cep 70.160-900 – Brasília/DF
<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/centro-cultural>

Brasília, junho de 2015.

APOIO

BIBLIOTECA PÚBLICA
DO ESTADO DA BAHIA



SECRETARIA DE CULTURA



Ministério da Cultura



REALIZAÇÃO



Secretaria de Comunicação Social
Centro Cultural



Secretaria de Comunicação Social